

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.823.306 - SP (2019/0185274-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
RECORRENTE : JERSEY OLEGARIO DA COSTA
ADVOGADO : RENATA VILHENA SILVA - SP147954
RECORRIDO : CLUBE SUL AMÉRICA SAÚDE VIDA E PREVIDÊNCIA
ADVOGADO : JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS - SP273843

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE INDIVIDUAL. REAJUSTE POR SINISTRALIDADE. ABUSIVIDADE RECONHECIDA NA ORIGEM. PRETENSÃO DE RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE. PRESCRIÇÃO TRIENAL. ART. 206, § 3º, IV, DO CC/2002. RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS N. 1.361.182/RS E N. 1.360.969/RS. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Jersey Olegario da Costa, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 448):

Seguro Saúde - Incidência do prazo prescricional trienal do artigo 206, § 3º, IV, do Código Civil, conforme decidido pelo E. STJ em sede de Recurso Repetitivo - Contrato anterior à lei 9.656/98 e ao Estatuto do Idoso - Previsão contratual de reajustes por faixa etária após os 60 anos de idade - Regularidade, nos termos de Recurso Repetitivo apreciado pelo E. STJ - Magnitude dos aumentos, contudo, abusiva e injustificada - Redução a patamares adequados em cumprimento de sentença - Devolução dos valores pagos a maior somente a partir do ajuizamento da ação - Recurso parcialmente provido.

Os embargos de declaração foram rejeitados.

Nas razões do apelo especial, o recorrente alega, além da existência de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 6º, III, 39, 51, IV e X, e 54, § 4º, do Código de Defesa do Consumidor; 169, 182, 206, § 3º, IV, 757, 876, 884 e 885 do Código Civil; 926 e 927 do Código de Processo Civil de 2015.

Assevera, em síntese, que o reembolso dos valores cobrados a maior deve

Superior Tribunal de Justiça

observar o prazo prescricional trienal, com correção monetária incidindo a partir do efetivo desembolso e juros de mora desde a citação, sob pena de enriquecimento ilícito, haja vista a declaração da nulidade da cláusula de reajuste por faixa etária, com natureza declaratória e eficácia *ex tunc*.

Afirma que o reajuste da mensalidade em razão da ocorrência de sinistro é nula, tendo em conta a abusividade das cláusulas contratuais que oneram sobremaneira o consumidor, ofende o seu direito de receber informação clara e detalhada sobre o serviço contratado, além de descaracterizar a natureza aleatória do contrato de seguro-saúde, com a transferência dos riscos da atividade àquele.

Aduz que o acórdão contraria o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, proferido quando do julgamento do Resp n. 1.360.969/RS, Tema 610, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, haja vista que a pretensão da nulidade de cláusula de reajuste de contrato de plano de saúde, com a consequente repetição do indébito, tem como objeto o enriquecimento sem causa, e por conta disso, o prazo prescricional aplicável é o trienal.

Sem contrarrazões, fl. 786 (e-STJ).

O apelo extremo foi admitido na origem (fls. 787-789, e-STJ), ascendendo os autos a esta Corte de Justiça.

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, a Segunda Seção desta Corte, no âmbito do julgamento dos Recursos Especiais repetitivos n. 1.361.182/RS e n. 1.360.969/RS, realizado na sessão de 10 de agosto de 2016, firmou a seguinte tese: "Na vigência dos contratos de plano ou de seguro de assistência à saúde, a pretensão condenatória decorrente da declaração de nulidade de cláusula de reajuste nele prevista prescreve em 20 anos (art. 177 do CC/1916) ou em 3 anos (art. 206, § 3º, IV, do CC/2002), observada a regra de transição do art. 2.028 do CC/2002."

A propósito:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL
NO RECURSO ESPECIAL. SAÚDE SUPLEMENTAR.

Superior Tribunal de Justiça

CLÁUSULA CONTRATUAL. MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. PRESCRIÇÃO. PRAZO ÂNUO. INAPLICABILIDADE. PRAZO TRIENAL. RECURSO REPETITIVO. INDÉBITO. REPETIÇÃO SIMPLES. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 282/STF.

1. A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consagrou o entendimento de que não incide a prescrição anual (arts. 178, § 6º, II, do Código Civil de 1916 e 206, § 1º, II, do Código Civil de 2002) atinente às pretensões do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele, nas ações que discutem direitos oriundos de seguros saúde, pois tal avença se enquadra, na realidade, como espécie de plano privado de assistência à saúde, consoante previsão do art. 2º da Lei nº 10.185/2001. Precedente.

2. A Segunda Seção deste Tribunal Superior tem entendimento firmado no sentido de que a pretensão de nulidade de cláusula de reajuste de mensalidade de contrato de plano ou seguro de assistência à saúde ainda vigente, cumulada com a repetição do indébito, sujeita-se ao prazo prescricional trienal, pois a ação ajuizada funda-se no enriquecimento sem causa. Incidência do art. 206, § 3º, IV, do CC.

3. As hipóteses de reembolso do usuário de seguro saúde podem ser inseridas, para fins prescicionais, no gênero pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa (art. 206, § 3º, IV, do CC), pois também visam, ao lado da repetição do indébito (ou restituição de valores indevidamente pagos), evitar o locupletamento ilícito da operadora, que lucraria ao reter arbitrariamente valores destinados ao contratante. Precedente da Quarta Turma. 4. O pedido de repetição do indébito de forma simples não foi apreciado pela Corte de origem, atraindo a incidência da Súmula nº 282/STF. Assim, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da irresignação dessa tese jurídica, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.

5. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, nessa parte com efeitos infringentes, a fim de dar parcial provimento ao recurso especial, determinando o retorno dos autos para aplicar a prescrição trienal com base no recurso repetitivo.

(EDcl no AgRg no REsp 1.560.239/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 06/12/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PLANO OU SEGURO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. CLÁUSULA DE REAJUSTE. ABUSIVIDADE. RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE. PRESCRIÇÃO ANUAL. INAPLICABILIDADE. PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL. ART. 206, § 3º, IV, DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. DECISÃO MANTIDA.

1. A Segunda Seção do STJ, no julgamento dos REsp n.

Superior Tribunal de Justiça

1.360.969/RS e 1.361.182/RS, submetidos ao rito dos recursos repetitivos, firmou o entendimento de não incidir a prescrição anual, prevista no art. 206, § 1º, II, "b", do CC/2002, nas ações em que se discutem direitos oriundos de planos de saúde ou de seguros-saúde, dada a natureza sui generis desses contratos.

2. "Na vigência dos contratos de plano ou de seguro de assistência à saúde, a pretensão condenatória decorrente da declaração de nulidade de cláusula de reajuste nele prevista prescreve em 20 anos (art. 177 do CC/1916) ou em 3 anos (art. 206, § 3º, IV, do CC/2002), observada a regra de transição do art. 2.028 do CC/2002" (REsp 1361182/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/08/2016, DJe 19/09/2016).

3. Agravo regimental de fls. 315/337 (Petição n. 26884/2016) desprovido e agravo interno de fls. 353/356 (Petição n. 494249/2017) não conhecido.

(AgRg nos EDcl no AREsp 221.572/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 25/04/2018)

Dessa forma, deve ser reformado o entendimento do acórdão recorrido, que, em dissonância à jurisprudência desta Corte, entendeu que a devolução dos valores cobrados a maior deveria ter início com o ajuizamento da presente demanda.

Assim, a devolução dos valores cobrados a maior deve incidir sobre as parcelas vencidas no interregno precedente aos 3 (três) anos anteriores à data de ajuizamento da ação, por se tratar de prestações de trato sucessivo.

Diante do exposto, dou provimento ao recurso especial, determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem para aplicação da prescrição trienal com base no recurso repetitivo.

Publique-se.

Brasília-DF, 10 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator